

Mariana Sena Lopes¹
Silvia Alicia Martínez²

**CONHECIMENTOS E PESCA ARTESANAL
FEMININA: O QUE DIZEM AS MULHERES
DE COMUNIDADES PESQUEIRAS DE CABO
FRIO/RJ**

***KNOWLEDGE AND WOMEN'S ARTISAN
FISHING: WHAT WOMEN SAY IN FISHING
COMMUNITIES IN CABO FRIO/RJ***

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

² Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre os variados conhecimentos de mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca artesanal, em diálogo com suas experiências de escolarização e as possibilidades de aceder à educação não formal. O foco recai no cotidiano de mulheres de seis comunidades do município de Cabo Frio/RJ. O estudo possui caráter qualitativo e adotou como procedimentos metodológicos a realização de entrevistas semi estruturadas gravadas e transcritas integralmente assim como observação direta e registros fotográficos, gerando documentos que foram posteriormente analisados (GIL, 2008). Os relatos das entrevistadas evidenciaram uma forte cultura pesqueira feminina que se encontra no seio de suas famílias entre gerações. Esses conhecimentos se perpetuam por meio da educação informal e concentra a riqueza cultural, o sustento das mulheres e suas famílias e seus grupos sociais. Os conhecimentos escolares não sobressaem na rotina das entrevistadas, onde prevalece a baixa escolaridade. Há conhecimentos adquiridos fora do ambiente doméstico e escolar, próprios da educação não formal, que contribuem na busca por direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Pesca; Educação.

ABSTRACT

This work seeks to reflect on the varied knowledge of women who work in the artisanal fishing production chain, in dialogue with their schooling experiences and the possibilities of non-formal education. The focus is on the daily lives of women from six communities in the municipality of Cabo Frio/RJ. The study has a qualitative character and adopted as methodological procedures the performance of semi-structured interviews recorded and fully transcribed, as well as direct observation and photographic records, generating documents that were later analyzed (GIL, 2008). The interviewees' reports evidenced a strong female fishing culture that is found within their families across generations. This knowledge is perpetuated through informal education and concentrates the cultural richness, the sustenance of women and their families and their social groups. School knowledge does not stand out in the interviewees' routine, where low schooling prevails. There is knowledge acquired outside the domestic and school environment, typical of non-formal education, which contributes to the search for social rights.

KEYWORDS: Women; Fishing; Education.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os variados conhecimentos acumulados por mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca artesanal em seis comunidades do município de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, em diálogo com a oferta educacional oriunda da educação formal pública e as possibilidades que brinda a educação não formal.

O artigo constitui um recorte de dissertação de mestrado já defendida¹ que teve como foco a relação estabelecida entre conhecimentos, educação e pesca artesanal por mulheres de seis municípios, e por sua vez resulta de desdobramento de pesquisa de grande porte, já finalizada.²

O município de Cabo Frio é um dos mais antigos municípios do Brasil, está localizado na Região dos Lagos, região identificada como Baixadas Litorâneas. Informações preliminares do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apresenta uma população de 214.057 habitantes, levemente inferior ao calculado prospectivamente para 2020, mas que continua demonstrando um crescimento acelerado da população nas últimas décadas.

Dentre as atividades produtivas que sobressaem economicamente no município se encontra a atividade pesqueira, além do turismo que está presente o ano inteiro devido às praias e paisagens que compõem o cenário cabofriense. Outra atividade que veio ganhando espaço nas últimas décadas é a atividade petrolífera. Essa última atividade econômica junto às grandes empresas que circundam o litoral da região têm acarretado impactos socioambientais que são percebidos por moradores locais, além dos impactos sobre a atividade pesqueira, sendo esse grupo o mais sensível perante tais alterações. Uma dessas alterações, por exemplo, consiste na exclusão de determinadas *áreas de pesca* (BELO, 2019).

¹ LOPES, Mariana Sena, 2022.

² Trata-se da pesquisa “Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das baixadas Litorâneas”, em vigência entre 2017 e 2020 sob a coordenação de Sílvia A. Martinez, e que estudou 7 municípios da região, dentre eles, Cabo Frio. A pesquisa mapeou os conflitos socioambientais existentes na região pelas lentes das mulheres trabalhadoras da pesca artesanal, tendo como principal objetivo a produção de uma cartografia. (MARTINEZ *et al*, 2020, 299 p.).

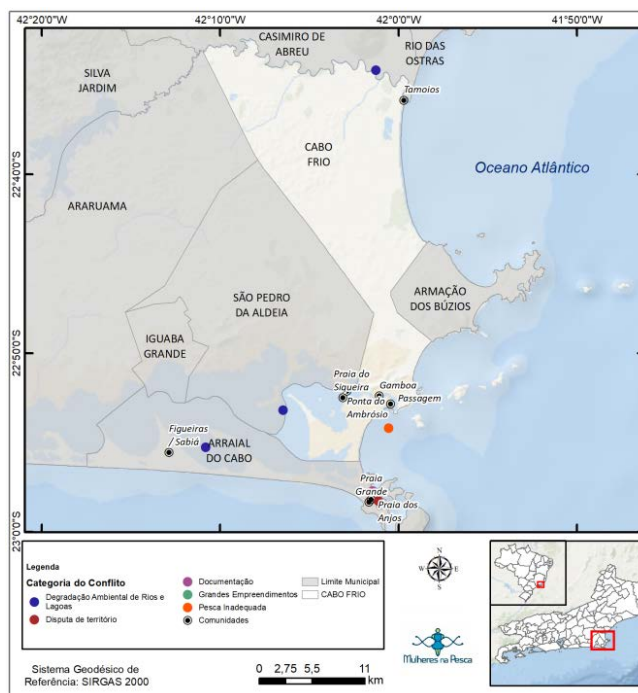


Imagem 1 – Mapa do Município de Cabo Frio/RJ e comunidades em estudo.
 Fonte: Projeto Mulheres na Pesca a partir de dados do IBGE, ANP e levantamentos de campo, utilizando o QGIS.

A população pesqueira no município de Cabo Frio, com ligação direta ou indireta à essa cadeia produtiva, conta com um total de 1.738 pessoas, de acordo com o banco de dados do Projeto de Educação Ambiental PEA-Pescarte (TIMÓTEO, 2016)³. Já adotando o recorte de gênero realizado pelo mesmo estudo, se constatou a presença de um total de 803 mulheres entre as comunidades analisadas, como demonstrado no quadro 1:

Quadro 1 - Total de mulheres por comunidade de estudo.

Comunidade de Estudo: Cabo Frio		
Total de mulheres por comunidade de estudo		
Comunidades de Cabo Frio	Mulheres	
	N	%
Praia do Siqueira	230	5,1
Gamboa	277	6,1
Tamoios	96	2,1
Ponta do Ambrósio	123	2,7
Passagem	77	1,7
Total	803	17,8
Não se aplica	3710	82,2
Total de respostas	4513	100,0

Fonte: Pea Pescarte (2015-2016).

³ "O Projeto PESCARTE tem como sua principal finalidade a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda." (Vide: Timóteo (org.), 2019 e o site <http://www.pea-bc-ibp.org.br/?view=projeto-apresentacao&id=6>).

É possível observar no Quadro 1 que a comunidade que apresenta o maior número de mulheres inseridas na atividade pesqueira é Gamboa, com 277 mulheres, seguida pela Praia do Siqueira, com 230.

O presente estudo, de caráter qualitativo, adotou como procedimentos metodológicos o trabalho de campo para a realização de vinte e duas (22) entrevistas semi estruturadas nas localidades em estudo, gravadas e transcritas integralmente, assim como observação direta com registro fotográfico, gerando documentos que foram posteriormente analisados.

O trabalho está dividido em 4 partes além da introdução. Na primeira se abordam as percepções das mulheres sobre seu trabalho, com enfoque para as variadas atividades que desempenham e para o conhecimento transmitido de geração em geração. Na segunda, o foco recai sobre suas experiências de escolarização formal e as causas que determinaram a sua descontinuidade e/ou retomada. Ainda, se indaga sobre outras aprendizagens que não aconteceram no bojo da família ou da comunidade e tampouco no âmbito escolar, mas se realizaram em decorrência de cursos de curta duração oferecidos por diversos órgãos, projetos de educação ambiental ou instituições que visam ampliar as possibilidades de aprendizagem de algumas das trabalhadoras pesquisadas, fortalecendo as mulheres enquanto classe trabalhadora. A terceira parte está dedicada a apresentar os registros fotográficos que retratam os conhecimentos acerca da atividade pesqueira que permeiam a vida e rotina das entrevistadas e garante o sustento de sua família e de seu grupo. Por fim, se tecem considerações finais.

AS MULHERES DA ATIVIDADE PESQUEIRA E SEUS CONHECIMENTOS

Esta seção se inicia com abordagens acerca dos conhecimentos intergeracionais identificados por meio das falas das mulheres entrevistadas. Os depoimentos demonstram os trabalhos exercidos por elas no universo pesqueiro, bem como as relações de afetividade com essa atividade em meio aos relatos de suas histórias de vida.

Comecei a pescar com 13 anos. É mais incentivo de família mesmo. A minha família ali como vocês viram é toda de pescadores, entendeu? aí eu sempre tive curiosidade. Tipo, eu nunca tive interesse em descascar camarão como as mulheres dali. A função delas na pesca é isso, é fazer o beneficiamento, eu nunca tive [essa vontade], eu não gosto de descascar. Quando eu tinha 13 anos, pedi para o meu pai me levar para pescar para eu ver como era e ele sempre dizendo que não, que era pesado, que a pescaria é para homens, aquela coisa de homens machistas, né. Aí eu falei assim: se você não me levar eu vou pescar com gente estranha, aí ele foi e falou assim: ah vamos ver um dia aí que a gente saia de bagunça pra você conhecer como que é a pesca. (ACL, 2017, p. 1).

Por meio dos relatos seguintes, é possível perceber que esse trabalho é aprendido e realizado no seio familiar “Acho que com uns 15, 16 anos descascava camarão com a minha avó e tirava carne de siri [...] minha mãe descasca [...] eu

aprendi com a minha avó e com a minha mãe.” (GSC, 2018, p. 2). “Eu trabalho selecionando peixe na esteira, separando as qualidades de peixe, sardinha, anchova, selecionando na esteira.” (AD, 2018, p. 2).

É ali na Praia do forte, as minhas primas a maioria trabalha na caixa e no barco, se chegar um barco com dez toneladas chamam ela para ajudar a catar os peixe na esteira, a maioria da minha família só trabalha com peixe [...] apesar que fazer rede eu não sei fazer direito não, mas meu pai fazia, fazia arreio, fazia tarrafa, fazia bolsa de rede, até camisa de rede meu pai fazia, até hoje eu tenho um camisa de rede pequenininha lá em casa que ele fez [...] Às vezes a gente cercava mais à noite, de dia quando aparecia, mas a gente cercava mais à noite, mas se fosse pra sair pra pescar, saía de manhã cedo e voltava à noite [...] É, às vezes levava comida na marmita que tinha tipo de isopor, ficava quentinha, às vezes levava lanche só e voltava no mesmo dia, nunca ficava dois, três dias lá fora, barco pequeno não, só grande. (JCR, 2018, p. 5).

As trabalhadoras da pesca também relatam a necessidade da atividade pesqueira como meio de subsistência, pela qual adquiriram ao longo de suas vidas seus bens materiais como exemplo, a moradia.

Construí a minha casa. Era desse jeito que elas trabalham agora, chegava barco a gente ia pra esteiras escolher peixe, para limpar, pra embalar na caixa que ia pra fora, entendeu? Fazia a caixinha. Eu trabalhei cinco anos no cais, entendeu? Quando não tinha barco, quando não tinha barco pra descarregar a gente fazia lá pra cima, fazia as caixinhas e deixava as caixinhas separadas e ia pra cima pra quando chegar era só embalar. (AGM, 2018, p. 7).

Cada uma, a sua maneira, se insere na atividade de pesca e relatam as principais espécies e artefatos de pescaria utilizados em suas lidas, assim como deram continuidade ao trabalho iniciado em berço familiar: “É, pesco nas pedras. Olha sargo, marimba, budião [espécies ela pesca nas pedras] tudo de anzol, e pega também aquele Mirassol.” (MMC, 2018, p. 2). “Eu sempre trabalhei na pesca com meu pai quando eu era pequena, adorava ir à praia com ele. Quando limpava peixe a gente saía para vender, aí continuei com meu marido que tinha rede de arrasto na praia.” (JCR, 2018, p. 1).

Uma atividade que ganha destaque no município de Cabo Frio é a separação do pescado, a qual segue detalhada abaixo em seu processo pela AGM, que atua em Canto do Forte, centro de Cabo Frio.

Separação, no caso é sardinha, separar. Tirar as sardinhas, aí tinha peixe que era amassado, né? Aí tirava o machucado, tirava. [...] Eles vem pela esteira e aí você vai espalhando. [...] Aí tem uma equipe de mulher. É uma equipe, porque sozinha não dá. O peixe na esteira passa rápido. Tem que ter cinco de um lado e cinco de outro, né? (AGM, 2018, p. 7).

Cabe destacar que a pesca sempre foi intrínseca ao contexto de muitas das mulheres trabalhadoras da pesca que, desde muito novas naturalizaram sua inserção às atividades de pré e pós captura. “Com minha mãe e com meu pai [com quem ela aprendeu a atividade], porque ele trazia o pescado e a gente tinha que fazer, limpar [...] acho que com treze anos eu já fazia [limpava o pei-

xe e descascava o camarão].” (CCR, 2018, p. 1). Como cada vivência é única, há aquelas mulheres que vivem uma luta diária durante anos para conquistar seu espaço e o objetivo de organização na atividade. “Até hoje não saiu a cooperativa ainda. Mas fomos tentar e conseguimos [beneficiamento – produtos finais], produzindo um pouco da linguiça, nuggets, hambúrguer, derivado de salgado de peixe também, de camarão, de bacalhau. Aí começamos a produzir.” (JCR, 2018, p. 1).

Entretanto, em meio a tantas histórias de vida há outras mulheres que se inseriram nessa atividade há menos tempo, mas que entendem bem o que é ser uma mulher vinculada à pesca artesanal. “Eu trabalho numa peixaria, meu pai trabalha nisso a vida toda, trabalha nisso já para mais de trinta anos. Ele tem uma peixaria aqui no centro, mas eu estou começando agora, tem mais ou menos quatro anos que eu trabalho nisso.” (KCSN, 2018, p. 1).

Trabalhei pra ajudar minha mãe, aí minha mãe era alcoólatra né [...] foi dezessete filhos que minha mãe teve né [...] [começou a trabalhar cedo] Muito cedo. Minha mãe às vezes não ligava muito assim pra gente, tinha criança pequena dentro de casa, aí eu ficava cuidando dos meus irmãos [...] eu comecei vindo aqui desde a época de M. [nome de uma trabalhadora da pesca], que era o descasco aqui da frente aqui, eu era solteira ainda, o descasque era aqui na frente, aí eu comecei a descascar com a minha irmã, era só o sete barba. (CPS, 2018, p. 14).

Os variados depoimentos acima demonstram uma parte dos relatos obtidos ao longo dos dois anos de pesquisa junto a mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca artesanal em Cabo Frio. Como se observa, são múltiplos os conhecimentos acumulados e transmitidos de geração a geração nas comunidades abordadas. Esses conhecimentos se vinculam às atividades desempenhadas por elas em um grande leque de possibilidades, que vão da etapa de pré captura do pescado como a preparação e reparos de artefatos de pescaria e preparação de iscas, até o momento da captura de pescados em geral e, por fim, o pós captura com etapas de processamento, beneficiamento e comercialização.

A participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca em Cabo Frio se dá principalmente nas seguintes atividades: seleção do pescado; pescaria de linha / tarrafa / rede; pescaria de camarão com rede de arrasto; pescaria em rio e lagoa; cata do caranguejo; processamento (limpeza e filetagem do peixe); descasque do camarão e comercialização. Esse trabalho se dá em peixarias, mercados e em suas residências. Como se observa num dos depoimentos, as mulheres de Cabo Frio estavam à época da pesquisa em processo de construção e fundação de uma Cooperativa para beneficiar o pescado, já trabalhando com a confecção de produtos como nuggets, hambúrgueres e linguiças.

De maneira geral, as comunidades pesqueiras são heterogêneas e possuem uma variedade de riqueza de valores que possibilitam manter vivas as tradições e costumes existentes. Contudo, isso só é possível devido ao empenho na transmissão da cultura local e dos conhecimentos sobre a pesca como um todo.

Diegues (2019) afirma que “conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, produzidos pelos povos e comunidades tradicionais, transmitidos oralmente de geração em geração.” (DIEGUES, 2019, p. 119).

Tais conhecimentos configuram a chamada Educação Informal que, de acordo com Marques e Freitas (2017), são os conhecimentos que estão intrínsecos ao contexto dos indivíduos e são aprendidos de geração em geração. Portanto, é um processo permanente que ocorre de maneira natural em meio ao processo de socialização dos indivíduos (GOHN, 2006).

Diante disso, ainda que estejam na mesma região, cada comunidade estudada possui suas singularidades. “As práticas artesanais são aprendidas no convívio familiar e no contato direto com a natureza e são utilizadas por pescadores e suas famílias para a subsistência.” (GARCIA *et al*, 2007, p. 97). De acordo com Garcia *et al* (2007), os conhecimentos sobre a atividade pesqueira ocorre de forma transgeracional, ou seja, quando é repassado entre as gerações dentro de uma família. Por isso, destaca-se a importância dessa prática educativa que ocorre de maneira informal.

O trabalho de comercialização, também citado como prática das mulheres em Cabo Frio, ocorre fortemente com a venda do pescado, seja o peixe, o camarão ou o caranguejo, com o recorrente exemplo de ser limpo para terceiros (atravessadores) que, por sua vez, irão revender em outro espaço por um preço mais elevado. Essa comercialização também ocorre nos setores de frigoríficos, mercados ou peixarias, havendo casos em que a mulher tem seu próprio negócio (autonomia), processando o pescado e com venda direto ao consumidor final.

A etapa de captura é realizada fortemente nos rios, lagos e lagoas, existindo relatos de pescaria em alto mar. A respeito desta última, as mulheres descrevem as dificuldades referentes à embarcação, pois não tem posse da mesma, além dos inúmeros preconceitos demarcados e sofridos pelas relações de gênero.

De modo geral, é importante destacar as inúmeras nomenclaturas destinadas às mulheres inseridas na atividade da pesca artesanal elencados por Martinez e Hellebrandt (2019), a saber: “Pescadora, fileteira, descascadeira, marisqueira, catadora, remendeira, vendedora, mulher de pescador [...]” (MARTINEZ; HELLEBRANDT, 2019, p. 11).

As nomenclaturas supracitadas representam por sua vez conhecimentos existentes entre as mulheres inseridas na atividade pesqueira, que são repassados entre suas famílias por mães, avós, tias e parentes de modo geral. Conhecimentos que mantêm vivas as comunidades e não estão nos currículos escolares ou tampouco possuem certificação, como garante a escolarização formal, mas compõem valores, tradições e memórias de cada uma das mulheres da pesca.

GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AQUISIÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS

Esta seção se inicia com abordagens acerca dos acontecimentos atrelados às questões de gênero e suas construções sociais, assim como às políticas públicas e seus entraves, que moldaram a trajetória escolar de algumas das mulheres da pesca entrevistadas, fatores demonstrados nos relatos abaixo.

Estudei até o sétimo ano [...] aí parei, engravidei do meu filho de 12 anos e não voltei mais para escola. Aí trabalha, trabalha, trabalha [...] Parei [de estudar] no meu filho mais velho, né? Eu estava com 17 anos e parei. E aí tive filho com 18 e fiquei 15 anos fora da escola, que esses 15 anos foi só tendo filho, só tendo filho. Daí botei na minha cabeça, não! Vou voltar. Voltei os meus filhos já estavam grandinhos já, voltei para escola e estudei, passei de série depois de 15 anos sem estudar. Aí passei de série e me animei, aí quando engravidei do meu último filho eu saí e não voltei mais. (AD, 2018, p. 7).

Constata-se a resiliência como fator crucial nessa relação com a educação formal, já que as mulheres pescadoras reconhecem a importância desse tipo de educação e estão dispostas a retornarem às salas de aula depois de anos de evasão escolar.

Se eu te falar você não acredita, vou terminar agora os meus estudos, vou ter que voltar. Antes eu já queria e não podia, porque eu cuidava da minha mãe, minha mãe ficou doente e depois eu tive E. [filha] e aí me limitou bastante, né? Quinta série, mas ninguém diz, tá? (IVO, 2018, p. 12).

O relato abaixo aponta a Educação de Jovens e Adultos como importante porta de retorno à educação formal.

Eu retornei várias vezes [à escola]. Por fim, eu consegui, fiz a EJA, né? consegui o supletivo. [...] Porque assim, estava indo muito bem, porque eu sempre quando eu era criança eu tinha um problema sério para aprender, pra pegar as coisas [conteúdo], entendeu? No caso eu parei de estudar mesmo foi com 13 anos de idade, mas eu nesse tempo todo quando era criança, eu repetia muito [de série] não tinha assim uma facilidade de pegar [o conteúdo]. Aí quando eu fiz 16 anos voltei a estudar a noite, né? Aí arrumei um namorado, engravidei, fui morar com ele que é o pai dos meus filhos, aí parei de estudar. Quando o meu filho fez três anos voltei a estudar de novo, estudei começando tudo de novo, primeiro, segundo chegou na terceira engravidei da minha filha, tive que parar, né? Aí eu voltei a estudar quando minha filha tinha 18 anos. Aí eu não parei mais, entendeu? Aí eu fui direto. (AGM, 2018, p. 15).

Outras mulheres não possuem mais a motivação necessária para enfrentar a rotina escolar com tantos afazeres e em meio ao cansaço ocasionado pela múltipla jornada de trabalho. “Eu tenho o primeiro grau completo [...] Ah, até eu tenho [vontade de retornar aos estudos], mas não tenho mais cabeça não. Quando você tem um monte de filhos falta oportunidade, não é.” (ASR, 2018, p. 9).

Nesse momento adentra-se ao universo da Educação Formal, compreendida como aquela que ocorre no ambiente escolar, possui certificação, é dividida em níveis de aprendizagem e possui um currículo como base (GOHN, 2006).

Em Cabo Frio, a maioria das entrevistadas não concluiu a educação básica. Apesar de estas terem ficado na etapa do Ensino Fundamental I e II, seis (6) concluíram o Ensino Médio e duas (2) chegaram ao nível superior de ensino: uma (1) delas tendo concluído e uma (1) com Ensino Superior incompleto.

A atividade da pesca artesanal não é alheia às relações de gênero que marcam a sociedade como um todo. Estas definem papéis direcionados a mulheres e homens, com posições diferenciadas de acordo com os sexos, as quais designam posições vantajosas aos homens. Para Leitão (2019):

Na pesca artesanal a abordagem de gênero está relacionada ao conceito de patriarcado, o qual nos dá subsídios para compreendê-lo a partir das desigualdades entre as subjetividades relacionadas aos comportamentos considerados masculinos e femininos na sociedade, inclusive na análise da cadeia produtiva da pesca artesanal, que consiste em diferenças sociais, econômicas e históricas, construídas e legitimadas em função das desigualdades vivenciadas e naturalizadas pela sociedade. (LEITÃO, 2019, p. 89).

A realidade da não conclusão da Educação Básica é provocada por motivos diversos, tais como a divisão sexual do trabalho (fator contribuinte no que tange ao retorno às salas de aula depois de casadas): casamento, cuidado com os filhos, múltipla jornada de trabalho; ausência de oferta escolar em suas comunidades; ausência de oferta de transporte público; desestímulos pedagógicos (no que tange à não identificação com o conteúdo proposto e com o ambiente escolar de maneira geral, falta de professores); desestímulos familiares (relacionados à necessidade de trabalhar desde muito jovens para contribuição na renda familiar. Nesse momento, a identificação com a pesca, seus modos de vida e a necessidade falam mais alto, e o trabalho trará um retorno em curto prazo).

Estes fatores acarretam uma importante reflexão acerca da precariedade de oferta de políticas públicas, principalmente das políticas educacionais e de transporte, que durante a infância das mulheres teriam feito a diferença em suas oportunidades de acesso à escola.

Depois de adultas e casadas, o fator de impedimento perpassa a divisão sexual do trabalho, onde os afazeres domésticos e as múltiplas jornadas de trabalho deixaram o sonho dos estudos para depois. Tal reflexão traz um alerta para o não cumprimento do que diz a Constituição Cidadã, a promulgada em 1988, que é incisiva a respeito da educação pública para todos como dever do Estado:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]. (BRASIL, 1988).

Apesar dos inúmeros documentos e legislações direcionados à educação pública formal de qualidade para todos, percebe-se por meio da história de vida de inúmeras mulheres que têm o trabalho na atividade pesqueira como seu sustento, que a oferta educacional e de outras políticas públicas fundamentais para

a efetivação de seu acesso às salas de aulas lhes foram negadas durante boa parte de suas vidas. Esse quadro envolvendo a educação formal da população brasileira decorre de um “complexo conjunto de características socioculturais, políticas e econômicas” (RUMMERT; ALVES, 2010, p. 512).

A baixa escolarização formal nas comunidades pesqueiras não é uma realidade apenas das mulheres abordadas neste trabalho. Sem ser característica exclusiva da comunidade pesqueira de Cabo Frio, nem das comunidades do norte Fluminense e Baixadas Litorâneas estudadas por Lopes (2022), o estudo de Alencar e Maia (2011) revela situação semelhante entre as comunidades pesqueiras em todo o país.

No entanto, o recorte de gênero pode gerar leituras que permitem avançar com a compreensão da realidade educacional do setor. Ao analisar os estudos realizados em pesquisa de grande porte (TIMÓTEO, 2016), com pretensão censitária, em sete comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro, foi constatado que, apesar da baixa escolaridade nestas comunidades pesqueiras como um todo, ainda assim as mulheres possuem uma escolarização mais elevada em relação aos homens.

Pelos depoimentos expostos neste trabalho, também foi possível compreender como as mulheres de Cabo Frio almejam adquirir novos conhecimentos, talvez constituindo uma situação localizada não generalizável. Para tal, se faz necessária a ampliação de oferta educacional e de oportunidades de aprendizagem.

A situação de retomada dos estudos pode ser observada nos depoimentos de AGM, AD e IVO (2018). Após terem criado os filhos e com oferta por parte do poder público, elas não se furtaram de dar continuidade à escolarização formal. Esta situação leva a afirmar que, ao analisar o campo educacional no que tange ao universo das mulheres e da pesca, é possível perceber que a relação delas com a educação formal ficou em grande parte no mundo das tentativas e da falta de oportunidades em diferentes fases de suas vidas por motivos diversos, mas marcados fortemente pela divisão sexual do trabalho.

Poubel *et al* (2022), em mapeamento de produção científica sobre escolarização de pescadores/as entre 2010 e 2019, mencionam numerosos estudos que indicam a relevância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para as comunidades pesqueiras, modalidade que cresceu nas últimas décadas ao ficar garantida no artigo 37 da LDBEN Nº 9394/96, como “caminho para retomada da escolarização por parte da população que não teve acesso à educação formal na idade apropriada” (BRASIL, 1996, p. 33).

Entretanto, maior escolarização não necessariamente implica ocupar postos de trabalho mais qualificados. Como explica Kergoat (2022), novas profissões vão surgindo e simultaneamente outras se tornam obsoletas, deixando sem efeito a equivalência entre diploma, qualificação e classificação. Analisando trabalhadores que migram para países ditos “ricos”, Kergoat identifica novas formas de (super) exploração comuns a homens e mulheres.

No entanto, no que concerne à divisão sexual do trabalho, “as estruturas

são surpreendentemente perenes” (KERGOAT, 2022, p. 25). Seja a oposição entre trabalho “de homem” e “de mulher”, ou a hierarquização das profissões, em trabalhos com pouca qualificação, sempre se demanda das mulheres os saberes-fazeres adquiridos fora das instituições de qualificação, na esfera privada, majoritariamente ligados aos cuidados.

No contexto ora em análise, e fora do espaço da educação formal, se identificou um aspecto que vem se tornando cada vez mais um aliado na vida das entrevistadas em prol do processo de conscientização e organização para alcançar suas demandas e seus direitos sociais: os Projetos de Educação Ambiental (PEAs), realizados como condicionantes de licenciamento ambiental federal de petróleo e gás natural, com processo conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que atuam na região.

Walter *et al.* (2021), pormenorizam em livro o labor desempenhado por esses projetos no bojo da gestão ambiental pública, destacando o caráter mitigador dos impactos ambientais gerados pela indústria de petróleo e gás, nas comunidades pesqueiras, majoritariamente castigadas por essa atividade extrativista. Como afirma Quintas (2021) no prefácio do livro supracitado,

ao ser praticada, a Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública deve pautar a organização e execução dos processos de ensino-aprendizagem buscando desenvolvimento das capacidades e a construção de valores com grupos sociais específicos, cuja finalidade é a sua intervenção coletiva, organizada e qualificada para: 1) o exercício do controle social sobre ação ou omissão do Estado na gestão ambiental pública; 2) a análise e avaliação da escala e das consequências presentes e futuras das intervenções no meio ambiente; 3) propor, fortalecer e/ou redirecionar políticas públicas que contribuam para conquista e manutenção dos direitos da cidadania; 4) contribuir na construção de uma sociedade justa, democrática, solidária e ambientalmente segura. (QUINTAS, 2021, p. 15).

O município de Cabo Frio conta com 6 desses projetos de educação ambiental, devido aos impactos ambientais sofridos. Quatro deles tem como sujeitos privilegiados de ação educativa as comunidades pesqueiras, não sendo vedada a participação desta nos outros dois projetos existentes no município. Dentre eles está Pescarte, projeto citado em depoimentos das mulheres entrevistadas.

Tais projetos promovem um trabalho de educação ambiental crítica, trabalhando diretamente sobre os direitos dessas comunidades e a sua organização social, promovem aprendizagens na classe pesqueira, oferecendo instrumentos para o acesso a políticas públicas e informações sobre aspectos como deveres e direitos da cidadania, controle social, gênero, entre outros. Ainda, alguns deles também preveem a organização da comunidade pesqueira por meio da geração de trabalho e renda.

A respeito, nas entrevistas ficou evidenciado que as mulheres de Cabo Frio estão em busca de se organizarem por meio de uma cooperativa para beneficiamento do pescado. Essa cooperativa ainda não havia virado realidade quando do trabalho de campo desta pesquisa, devido à falta de estrutura adequada. Mas as mulheres participam de reuniões na colônia de pescadores, reuniões organi-

zadas pelos Projetos de Educação Ambiental, como se observa nos seguintes depoimentos.

Eu participo [das atividades da colônia] tem atividade de marisqueiras, mas agora não estou conseguindo participar porque eu trabalho aqui [em um PEA], mas vira e mexe a gente faz reunião lá na colônia pela cooperativa com o Pescarte, eu faço parte do Pescarte junto da cooperativa e eu estou doida pra funcionar [...] a cooperativa nunca funcionou, ela está no projeto ainda. (JCR, 2018, p. 14).

Já o depoimento abaixo revela o quanto é valioso o envolvimento das mulheres pescadoras nos PEAs. É notório que é uma experiência enriquecedora, que gera conhecimento para que elas possam adentrar de forma mais profunda nos acontecimentos sociais e políticos que as cercam, assim como conhecer efetivamente e ativamente o seu trabalho e seus direitos.

No caso aprendi mais, né? Coisas que eu trabalhava lá, moro ali e não sabia, né? Ai fazendo parte do curso [não especificado] a gente sabe muita coisa, muita coisa mesmo, entendeu? A gente acha até que no começo não tem nada a ver, mas é bom porque eu estou aprendendo, né? [...] se alguém me perguntar alguma coisa eu vou saber falar. [...] o bom que eu aprendi [com o Pescarte] que eu posso um dia reunir as mulheres lá, né? E pedir pra fazer uma palestra pras mulheres, entendeu? Se tiver alguma coisa assim para ensinar para as crianças também ir lá ajudar. (AGM, 2018, p. 13).

Como complemento, JCR (2018) aponta para as leis que tiveram oportunidade de aprender.

Faço parte do grupo gestor também, inclusive amanhã tem curso. Amanhã eu estou lá o dia inteiro. [...] Olha, o Pescarte é de grande valia, ajuda muito o pessoal da pesca, sabe? Eu gosto muito porque eles fizeram o pescador e algumas leis que o pescador não conhecia, ajudaram muito sabe, em muitas coisas. (JCR, 2018, p. 11).

A fala de MMC (2018) a seguir também ressalta a importância dos conhecimentos gerados pelos Projetos de Educação Ambiental vigentes.

É importante estar mostrando aos pescadores o projeto, o que pode ser feito, ajuda. E dando também esclarecimento, né? Ao pessoal, né. Os pescadores poder falar, ter voz ativa e saber o que falar. Então eles ensinam muito, os direitos, deveres e obrigações. (MMC, 2018, p. 16).

As duas mulheres donas das seguintes falas fazem questão de deixar claro que estiverem presentes no início da formação do Pescarte no município em questão. "Nós somos uma das fundadoras do Pescarte. [...] Então, a gente faz a seleção do pescado, né. As separações no caso do pescado, quando tem. Essa é a nossa função." (ADC; ASF, 2018, p. 2).

[Sobre fazer parte de algum projeto ou instituição ligada à pesca]: Eu já fui chamada para fazer linguíça de peixe. Assim, quando você tem filho pequeno, não tem como você estar entrando nessas atividades, um estuda a tarde, aí o outro estuda lá no sei onde, o outro estuda aqui. Ai, tem minha filha pequena que ainda não está na creche, então fica mais difícil fazer essas atividades. Porque é bom, né? Você aprende, faz arte, pode até vender, né? Só que pra mim fica mais difícil porque eu tenho filho, né? (ASR, 2018, p. 12).

Diante disso, algumas das mulheres da pesca descrevem atividades que compõem a programação dos projetos como úteis e necessárias, ainda que não consigam marcar presença constantemente. “O Pescarte que trouxe para cá uns cursos, umas coisas assim.” (CCR, 2018, p. 4). “Fiz só dois [cursos], um que foi sobre cooperativa, porque parece que está para sair uma cooperativa, mas eu acho que foi isso mesmo: como que funciona a cooperativa, o meio ambiente, como é que essas empresas poluem e [...] vai ensinar né, fazer filé, linguça de peixe.” (GSC, 2018, p. 9).

A atuação evidenciada nos depoimentos constitui o que se entende neste estudo como educação não formal, que amplia o horizonte das mulheres da pesca para novas possibilidades. Esse processo ocorre em meio à busca por novos aprendizados que vão lhes garantir a oportunidade de ampliar os conhecimentos sobre a atividade pesqueira e os demais conflitos que ocorrem em sua região. Para Gohn (2006), a educação não formal envolve a subjetividade e aspectos particulares de cada grupo, sendo mais flexível para trabalhar as necessidades de cada comunidade e seus aspectos identitários. A questão trabalhista é uma delas.

A maioria das mulheres trabalha dessa forma, entendeu? Trabalha no cais descarregando barco, muita gente que vive disso lá. A maioria das mulheres [...] tudo mãe solteira, a maioria mãe solteira, pega no pesado mesmo, entendeu? Pra ficar 2, 3 dias, se o barco estiver muita coisa pega um, pega outro. Se tiver cinco barcos pra descarregar naquele dia elas estão ali, entendeu? Pra sustentar a família [...] sustenta filho, sustenta neto também. Inclusive, tem uma lá que ela também muito batalhadora, né? Ela sustenta, sustentou os filhos dela todinho sozinha, hoje já estão tudo grande. Agora a filha mais nova mora com ela [e tem] dois filhos pequenos também. Mesma situação, entendeu? Mesma situação da mãe é da filha, né? [...] Se não tiver pesca pra essa semana ela passa aperto, passa maior aperto. Ela é uma, tem uma outra também, ASR, entendeu? Também ela, mesma situação. Ela mete brasa também lá no cais. Descarregamento se tiver três, quatro por dia ela está dentro, não quer nem saber, entendeu? Ela também tem acho que uns quatro filhos tudo pequeno. Mora no quintal da casa da avó dela. (AGM, 2018, p. 2).

Ao discorrer sobre as políticas públicas, a questão do reconhecimento profissional das mulheres enquanto trabalhadoras consiste em uma demanda indispensável para a obtenção dos seus direitos trabalhistas. Como é possível perceber no relato da entrevistada AGM (2018), muitas mulheres são as únicas provedoras de renda de suas famílias, necessitando de garantias que os documentos legais da pesca possuem, mas às quais elas não têm acesso devido ao trabalho que exercem em terra na cadeia produtiva. Isto porque, como lembram Huguenin e Martinez (2021)

O trabalho feminino tem sido eclipsado ora internamente, pela desvalorização no interior das comunidades pesqueiras e, às vezes, pela falta de identidade coletiva das próprias trabalhadoras, ora externamente, nos estudos acadêmicos e na legislação destinada ao reconhecimento profissional para fins de inclusão em políticas sociais, como são os direitos previdenciários. (HUGUENIN; MARTINEZ, 2021, p. 662).

Daí a importância da educação não formal que trata da organização das mulheres em prol da conquista de seus espaços, além do reconhecimento profissional para garantia de seus direitos sociais como um todo atrelados às atividades exercidas por elas na cadeia produtiva da pesca, sendo dentro ou fora do mar. Citando ainda as autoras,

As omissões relativas ao reconhecimento de que as mulheres desempenham papéis imprescindíveis na cadeia produtiva reforçam as desigualdades de gênero exatamente pelo desprestígio destas mesmas tarefas, consideradas menos heroicas que aquelas vividas nas águas. (HUGUENIN; MARTINEZ, 2021, p. 651).

A condição vivenciada pelas mulheres inseridas na atividade pesqueira consiste num fator determinante para que a invisibilidade se torne permanente historicamente, como o fato de combinarem tarefas produtivas e reprodutivas, em muitos momentos no mesmo tempo e lugar. Este fator reforça a lida das mulheres não como um trabalho que deve ser devidamente reconhecido e remunerado, mas como uma ajuda ou uma extensão ao trabalho realizado pelos homens, o que retira o prestígio e a importância das tarefas realizadas em terra pelas mulheres para o setor pesqueiro e reforça a dicotomia terra X água.

CONHECIMENTOS PESQUEIROS - REGISTROS FOTOGRÁFICOS

As fotografias abaixo denotam detalhes relacionados às características culturais, no que tange às lidas e os modos de vida das mulheres da pesca nas suas comunidades no município de Cabo Frio. Certeau (1995) discorre a respeito das práticas sociais cotidianas como uma ação cultural, ressaltando a cultura que acontece no dia a dia por meio dos conhecimentos desenvolvidos como arte. Logo, a cultura para ele “pode ser comparada com essa arte, condicionada pelos lugares, regras e dados; ela é uma proliferação de invenções em espaços circunscritos” (CERTEAU, 1995, p. 19).



Fotografia 1 – Pesca em Lagoa, Cabo Frio.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 2 – Catadora de Caranguejo, Chavão, Cabo Frio.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 3 – Local de captura de caranguejo, Chavão, Cabo Frio.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 4 – Produto. Chavão, Cabo Frio.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 5 – Artefato de pescaria em Lagoa.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 6 – Artefato de pescaria.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 7 – Processamento, beneficiamento e comercialização.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 8 – Limpeza e comercialização do pescado na praia de Tamoios, Cabo Frio.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.



Fotografia 9 – Limpeza e comercialização do pescado na praia de Tamoios, Cabo Frio.
Fonte: Banco de imagens Projeto Mulheres na Pesca.

As fotografias acima apresentam a participação das mulheres entrevistadas na execução das diversas atividades pesqueiras em suas comunidades do município de Cabo Frio, fazendo uso dos seus múltiplos conhecimentos. Cada foto capturada durante os trabalhos em campo apresenta os conhecimentos aprendidos por essas mulheres em seu período de infância e no decorrer de suas vidas.

Os aspectos culturais se materializam nas práticas sociais e constituem o indivíduo que está repleto de singularidades e pluralidades. “Aí se exerce um saber-fazer onde se podem encontrar todos os traços da arte da memória” (CERTEAU, 1998, p. 165-166). Para esse mesmo autor, nas mais diversas práticas cotidianas, por exemplo, falar e caminhar, existe um “fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato: remete a uma norma” (CERTEAU, 1998, p. 179-180), onde os indivíduos por um estilo e um uso visam uma “maneira de fazer” produzindo seus conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente o mundo da pesca forma parte de uma sociedade culturalmente patriarcal, onde as imposições dos papéis são estabelecidas visando vantagens por parte dos homens, principalmente no que tange ao setor trabalhista, enquanto as mulheres ainda lutam pela conquista de seus direitos e pela igualdade de gênero por meio de diversos movimentos e organizações existentes para esse fim. Esse contexto contribui para a invisibilidade feminina na cadeia produtiva da pesca artesanal, uma vez que reforça os conflitos identitários, o autorreconhecimento enquanto trabalhadoras da pesca e sujeitas de direitos.

Os relatos das mulheres da pesca entrevistadas evidenciaram que em Cabo Frio existe uma forte cultura pesqueira feminina e que o aprendizado da lida realizada ocorre preponderantemente de maneira transgeracional (GARCIA *et al*,

2007), ou seja, entre gerações dentro do âmbito familiar. Esses conhecimentos se perpetuam por meio da educação informal, que se dá de maneira intrínseca ao contexto do indivíduo em meio ao seu processo de socialização (MARQUES; FREITAS, 2017) e concentra a riqueza cultural e o sustento das mulheres em suas famílias e seus grupos sociais. O que há em comum entre as mulheres entrevistadas é a rotina diária que envolve múltiplas atividades e tarefas, que além da atividade pesqueira demanda o cuidado doméstico como um todo e as lutas enfrentadas para obterem o reconhecimento profissional.

Os conhecimentos que provêm do currículo escolar formal não sobressaem na vida e rotina das pescadoras, uma vez que prevalece o baixo índice de escolaridade entre as entrevistadas. Os fatores identificados e que são contribuintes para a desistência das salas de aula consistem na dificuldade de acesso, falta de oferta de políticas públicas educacionais e de transporte, além da ausência de estímulos por parte da família em incentivar os estudos e a necessidade de trabalho para contribuir com a renda familiar. Apesar das vicissitudes relatadas, algumas das entrevistadas voltaram ou desejam voltar aos bancos escolares, preponderantemente uma vez concluído o ciclo de criação e cuidado dos filhos pequenos.

Por outro lado, há conhecimentos adquiridos fora do ambiente doméstico e escolar, rotinizados, próprios da educação não formal, que contribuem na busca e luta pelos direitos, sejam profissionais ou educacionais. Observa-se que as mulheres entrevistadas estão em busca de conquistar cada vez mais seu espaço na cadeia produtiva da pesca artesanal e nas comunidades pesqueiras, garantir o reconhecimento profissional quebrando paradigmas e reformulando estruturas sociais, a começar por suas experiências próprias de vida, unindo forças por meio da organização social. Tal organização se dá em grande parte pela inserção dos PEAs nas comunidades pesqueiras, configurando um importante fator dentro do âmbito da educação não formal.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Carlos Alexandre Gomes de; MAIA, Luis Parente. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. **Ciê. Mar**, Fortaleza, v.44, n.3, p. 12–19, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7769>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

BELO, Diego Carvalhar. Ficha Catalográfica do Município de Cabo Frio/RJ. **Mapa Interativo Projeto Mulheres na Pesca**. UENF. 2019. Disponível em: <https://mulheresnapesca.uenf.br/mapa.php>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de outubro de 2021.

BRASIL. Lei 9.394 de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Diálogos de Saberes Socioambientais: desafios para epistemologias do Sul, v. 50, p. 116-126, abril. 2019.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar; CHAVES, Priscila Freitas; SANTOS, Lídia Oliveira dos. **Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar - Psicologia da Educação**, São Paulo, 2007, p. 93-112.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco; MARTINEZ, Silvia Alicia. Mulheres da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta no Direito ao Seguro-Desemprego. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 97, 645-667, jan./fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos do Brasil. Cidades**. Cabo Frio, Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/RJ_POP2022.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho: atualizações para o presente. In: MORAES, Lorena Lima de; CAVALCANTI, Larissa de Pinho. (orgs.) **Deslocamentos e permanências: trabalho, educação e interseccionalidades - Pontes Editores**, Campinas, São Paulo, 2022.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Memórias, Mulheres e Poder na presidência das colônias de pescadores/as em Pernambuco. In: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (Org.). **Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento - Atena Editora**, Ponta Grossa/PR, 2019.

LOPES, Mariana Sena. Gênero, educação e pesca artesanal: Conhecimentos tradicionais e trajetórias educacionais de mulheres em sete municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas/RJ. 2022. 142 f. **Dissertação** (Mestrado em

Políticas Sociais) – PPGPS, UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, out./dez., 2017.

MARTINEZ, Silvia Alicia (coord.) Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das baixadas Litorâneas, **Relatório Final**, Campos dos Goytacazes, Fapur/Funbio/UENF, 2020, 299 f. Disponível em: https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/relatorio_final_mnp.pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

MARTINEZ, Silvia Alicia (coord.) Mulheres na Pesca: Mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das baixadas Litorâneas, **Banco de Dados**, Campos dos Goytacazes, Fapur/Funbio/UENF, 2018.

MARTINEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni. Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil: uma introdução. In: MARTINEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (Orgs.). **Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil** - Ed. EDUENF: Campos dos Goytacazes: UENF, 2019, p. 11-21.

PESCARTE APRESENTAÇÃO. **PEA-BC** - Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=6>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

POUBEL, Clarissa; GARCIA, Leandro Pinho; LOPES, Mariana Sena; MARTINEZ, Silvia Alicia. Escolarização de Pescadores/as: análise das publicações acadêmicas entre 2010 até 2019. **Revista Educação** (UFSM), Santa Maria/RS, v. 47, p. 1-39, 2022.

QUINTAS, José Silva. Prefácio. In: WALTER, T. [et al] (org.). **A História dos PEAs: um olhar sobre os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás** - Ed. dos Autores. São Lourenço do Sul/RS: Laboratório Interdisciplinar MARÉSS, 2021, p. 10-22. Disponível em: https://maress.furg.br/images/PRODUCOES/A_Historia_dos_PEAs.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2023.

RUMMERT, Sonia Maria; ALVES, Natália. Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 511-595, set./dez. 2010.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio (org.). **Educação ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente**. Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2. ed. rev. e ampl., 2019. 339 p. Em: <https://uenf.br/cch/lesce/files/2019/10/Livro-1-eBook.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio (coordenador). **Banco de Dados do Projeto de Educação Ambiental Pescarte**. (Petrobras/IBAMA/UENF). 2016.

WALTER, Tatiana. [et al] (org.). **A História dos PEAs: um olhar sobre os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás** - Ed. dos Autores. São Lourenço do Sul/RS: Laboratório Interdisciplinar MARÉSS, 2021. Disponível em: https://maress.furg.br/images/PRODUCOES/A_Historia_dos_PEAs.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2023.